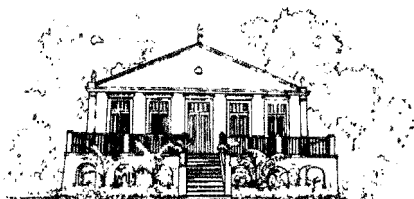


PR/SCT/CNPq
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI
COLEÇÃO ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

TALENTO E ATITUDE:
Estudos Biográficos do Museu
Emílio Goeldi, I.

Oswaldo Rodrigues da Cunha

Belém – Pará
Outubro 1989



PR/SCT/CNPq

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Presidente: José Sarney

SECRETARIA ESPECIAL DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Secretário: Décio Leal de Zagottis

**CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**

Presidente: Crodowaldo Pavan

Vice-Presidente: José Duarte de Araújo

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Diretor: Guilherme M. de La Penha

Vice-Diretor de Pesquisas: José Guilherme Soares Maia

Vice-Diretor Executivo: Celso Martins Pinto

COMISSÃO DE EDITORAÇÃO

Presidente: Guilherme M. de La Penha

Vice-Presidente: Adélia E. de O. Rodrigues

Apoio Editorial: Lais Zumero, Graça Overal e Lairson Costa

Cunha, Osvaldo Rodrigues da.

Talento e atitude: Estudos Biográficos do Museu Emílio Goeldi, I/Osvaldo Rodrigues da Cunha. - Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.

160 p.: il. - (Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira)

ISBN: 85-7098-031-2

1. PESQUISADORES-Biografia. 2. MUSEU PARAENSE
EMÍLIO GOELDI-Pesquisadores. I. Título.

CDD: 925

CDU: 929

© Direitos de cópia/Copyright 1989
por/by PR/SCT/CNPq Museu Goeldi

Agradecimentos

Em singelas palavras o autor faz questão de agradecer em princípio a atenção e o empenho que o diretor do Museu, Dr. Guilherme M. de La Penha, vem manifestando com grande interesse às pesquisas científicas específicas da instituição e aos respectivos estudos históricos, restaurando alguma parcela do passado e publicando trabalhos neste campo, a fim de que a memória de homens e

eventos não venha a desvanecer-se definitivamente. Agradecemos também a Lais Zumero, da Comissão de Editoração do Museu, pela revisão cuidadosa e paciente da parte literária e pelo veemente interesse que vêm demonstrando para que o presente trabalho fosse o quanto antes publicado e também por outros em vias de o serem.

Sumário

Apresentação	12
Prefácio	14
Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1880)	20
Francisco da Silva Castro (1815-1899)	48
Edgar Leopold Layard (1824-1900)	54
Joaquim Pedro Correa de Freitas (1829-1888)	59
José Ferreira Cantão (1827-1893)	62
José Coelho da Gama e Abreu (1831-1906)	65
Charles Frederick Hartt (1840-1878)	69
Aureliano Pinto de Lima Guedes (1848-1912)	77
Herbert Huntington Smith (1851-1919)	80
Maria Elizabeth Emflia Sneathlage (1868-1929)	83
Carlos Estêvão de Oliveira (1880-1946)	103
Rodolpho de Siqueira Rodrigues (1884-1957)	122
Paul Vincent Ledoux (1898-1984)	138
Walter Alberto Egler (1924-1961)	150

Apresentação

Sonhar e observar, defender-se e buscar sobreviver, ensinar e educar, comunicar e informar, organizar e gerar conhecimentos são todas as ações e atitudes que se mesclam nos perfis da mulher e dos homens que o Pesquisador *Oswaldo Cunha* traça neste trabalho.

Toda nova geração adota novos padrões, novos líderes, novas crenças, novos mitos e enquanto fazem isso com entusiasmo acumulam, sem saber, experiência para vir a valorizar - ao chegar a fase de ceder sua vez - o trabalho daqueles que a antecederam. Infelizmente sempre se chega tarde à real história da ciência, mas felizmente nunca o suficientemente tarde para que dela não se possam tirar lições.

O *Museu Goeldi* atual é fruto das contribuições de dezenas de homens ao longo de doze décadas. *Oswaldo Cunha*, cientista respeitado, autodidata admirável, na madureza de sua carreira se dispõe a levar a cabo o projeto de buscar retratar as parcelas maiores na construção do todo hoje existente. Ele o faz não com o instrumental do historiador profissional, mas com o viés de um autor com experiência análoga a de seus retratados: a disciplina do trabalho científico, o cansaço da liça

pelo reconhecimento que nunca chega em vida, o treino no debate constante da ciência por sobreviver no ambiente hostil amazônico e brasileiro.

Dos sonhos e decepções do fundador *Ferreira Penna* à realidade e fatalidade de *Walter Egler*, *Oswaldo Cunha*, nesta primeira série, traça um perfil temporal de uma instituição ainda em continuada construção, sob a ameaça da adversa realidade sócio-econômica nacional.

Oswaldo Cunha orgulha duplamente o *Museu Goeldi*. De um lado por sua contínua e diversificada produção, desde a juventude, e que passa por quase todas as disciplinas de que se ocupa este *Museu*; de outro, por documentar a tradição de uma instituição que sempre buscou manter seu ideal filomático graças ao esforço, trabalho, zelo e competência daqueles aos quais nunca foi dada a oportunidade de decidir sobre os rumos da Amazônia; só o de trilhar suas sendas, desvendar parte de seus segredos, sonhar em seus mistérios e lamentar sua destruição.

6 de Outubro de 1989

Guilherme M. de La Penha
Diretor Geral
MPEG/CNPq/SCT

Prefácio

A história de um povo, de uma nação, de uma instituição científica, artística e cultural é feita por homens e mulheres. O homem fez a História e a História fez o homem. A História não é poesia e nem romance, cuja descrição fica exposta ao sabor das idéias e maquinações de um autor inventivo e prolífico. A História é uma atividade científica que nos dá a conhecer o passado da humanidade, a vida de uma pessoa em particular e a sua manifestação na ciência, na arte, na música, na religião e na filosofia.

“Evidentemente, o conhecimento histórico é um conhecimento científico, ainda que sua exposição seja ao mesmo tempo uma arte”. Assim se expressou o historiógrafo espanhol Luiz Pericot Garcia (“El Estudio de La História” em *Enciclopedia Labor*, 1958 (5):XXI-XL), abordando o estudo do passado.

É certo que não podemos compreender o presente sem conhecermos o passado. Este conceito é atribuído a Alexis de Tocqueville (1805-1859), célebre magistrado e pensador francês. O caminho mais equilibrado para compreendermos os acontecimentos históricos, os en-

tendidos afirmam, é conhecendo e estudando a vida das pessoas que mais influenciaram o desenvolvimento dos acontecimentos. Por isso, a biografia bem elaborada e coordenada com imparcialidade e analisada através das fontes documentais confiáveis, reconstitui uma época e tudo o que as personagens mais salientes daquele cenário contribuíram para o progresso ou retrocesso da sociedade humana.

Os estudos biográficos no Brasil, aliás tema de suma importância para o nosso país, jamais tomaram delineamentos científicos e históricos com encadeamento. Ocorrem apenas trabalhos esparsos, incompletos e sem precisão no tempo e no espaço, salvo algumas exceções no século passado como a antiga obra de Augusto Sacramento Blake (1827-1903), o *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, publicado em 7 volumes entre 1883 e 1902. No atual século apareceram alguns pequenos e grandes dicionários e enciclopédias com biografias-miniaturas de literatos, políticos, militares, artistas, médicos e profissões outras, além de tratarem de termos gerais de cunho interna-

cional e brasileiro.

A história da pesquisa científica no Brasil e seus cientistas sempre foi relegada a plano medíocre e parcial. O primeiro trabalho importante sobre a história da ciência no Brasil foi publicado por uma equipe de pesquisadores, com certeza livro pioneiro, *As Ciências no Brasil*, organizado por Fernando de Azevedo e editado pelas Edições Melhoramentos, em dois volumes (S. Paulo, 1955), entretanto muito defeituoso e parcial no que diz respeito à Amazônia, suas instituições científicas e seus cientistas no passado, até a época da publicação do livro.

Mais recentemente foi publicada a *História das Ciências no Brasil*, coordenado por Mário G. Ferri, já falecido, e Shozo Motoyama. É obra em três volumes, patrocinada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Editoras Pedagógica e Universitária Ltda. (São Paulo, 1979/1981), com colaboração da Universidade de S. Paulo. Com uma versão mais ampla e atualizada sobre o desenvolvimento da Ciência no Brasil que a anterior, pelo conjunto de matérias abordadas, este trabalho, no entanto, deixa ficar muita coisa por informar e é, às vezes, incompleta e discordante. Pouco ou quase nada se refere à Ciência e cientistas na Amazônia. Sempre o mesmo defeito e mesma metodologia adotada: uma parte do Brasil, desgraçadamente, não conhece a maior porção do País, que é a Amazônia. Sofrem nesse caso principalmente a Zoologia, Botânica, Antropologia, História, Medicina, e disciplinas afins.

No Pará, até quase os dias atuais, a história científica e a biografia de cientistas têm sido uma lás-

tima e uma indigência de memória pelo passado que mais parece uma terra sem história e sem existência, apenas mostrando a indiferença e o atraso em que o Estado tem vivido. É mais uma vergonha que um castigo. No século passado e no atual, quase nada se escreveu sobre este importante tema, muito pouco e esse mesmo fica desejar.

O Museu Paraense Emílio Goeldi, a mais antiga instituição científica da Amazônia e uma das primeiras no Brasil, tem uma longa história de 123 anos e, no entanto, até 25 anos atrás, pouco ou nada existia escrito sobre ele. Dos cientistas que aqui trabalharam ou outros que emprestaram sua contribuição de alguma forma, nada se conhecia – a não ser algumas notas discrepantes e geralmente incorretas nas datas e na especialidade, apenas tratando de Emílio A. Goeldi e Jacques Huber.

Em 1938 o Diretor Carlos Estêvão de Oliveira publicou um “Resumo Histórico do Museu Paraense Emílio Goeldi”, inserto na *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Rio de Janeiro* (volume 2, páginas 7 a 19). Este trabalho tinha sido o melhor então realizado, infelizmente incompleto, cheio de lacunas e erros, que no final não informou e nem esclareceu questões que ficaram no vácuo. Carlos Estêvão, como Diretor do Museu, tinha condições para pesquisar mais profundo e redigir melhor, mas não o fez. Entretanto, uma contribuição mais correta e documentada foi apresentada por Hélio F. Camargo, antigo pesquisador do Departamento de Zoologia de São Paulo, hoje Museu de Zoologia da Universidade desse Estado (USP), com o título: “Pequena contribuição ao estudo da

História do Museu Paraense Emílio Goeldi” (*Ciência e Cultura*, 1951, volume 3, nº 1, páginas 61 a 68). O trabalho aborda aspectos da vida de Emílio Goeldi, Godofredo Hagemann, Jacques Huber e Emília Snethlage.

Finalmente, o centenário do Museu Paraense estava aproximando-se em 1966 e até então nada se sabia sobre os instantes de sua criação e nem sequer se conhecia o nome das pessoas que concorreram para esse memorável evento, exceto o de Domingos Ferreira Penna. Em vista disso, o autor do presente trabalho empreendeu no início dos anos 60 uma paciente pesquisa nos documentos dispersos aqui, ali e acolá em arquivos e bibliotecas, que tratassem ou informassem qualquer coisa sobre o Museu em geral e sobre as pessoas que nele trabalharam ou para ele emprestaram a sua prestimosa colaboração. Em 1966 uma *sumária*, correta e bem intencionada história do Museu Paraense Emílio Goeldi já estava elaborada e publicada no jornal “A Província do Pará”. Daí aos dias presentes, procuramos sempre ampliar o leque da pesquisa histórica desta instituição, acrescentando informações e esclarecendo períodos obscuros e descobrindo dados particulares com minúcias elucidativas e veracidade cristalina.

No decorrer das pesquisas sobre o passado do Museu, passamos a buscar informes exatos, tanto quanto possíveis, acerca das pessoas envolvidas no processo de desenvolvimento da instituição desde suas origens. Em si, a parcela mais difícil, exaustiva e demorada da história do Museu, porque as pessoas de origem estrangeira que nele trabalharam ou para ele contribuíram, tiveram de certa forma notas de óbito à época do faleci-

mento em revistas alemãs, inglesas, norte-americanas e outras, nem sempre acessíveis no Pará. Quanto aos brasileiros, também existia certa dificuldade, em vista das informações sobre estas pessoas que às vezes não eram encontradas, outras apareciam apenas em notas do dia do falecimento publicadas em jornais de Belém no século passado ou no atual. Algumas pequenas biografias de certas pessoas mais importantes encontram-se em livros, dicionários, enciclopédias ou determinadas revistas científicas, culturais e de caráter geral. A maioria dessas biografias são incompletas, discordantes em datas e eventos e nem sempre ligaram o indivíduo ao convívio do Museu Paraense.

Nos últimos vinte anos o Dr. Ricardo Borges (1886-1975), nascido na Bahia, advogado, economista e conhecedor dos problemas da Amazônia, onde viveu 66 anos no Pará, ficou chocado pela deficiência de biografias das personagens relevantes à história do Estado. Foi induzido então a escrever sobre a vida dos homens que fizeram essa história. Um trabalho abnegado o do Dr. Ricardo Borges, que resultou na publicação do livro *Vultos Notáveis do Pará*, editado em 1970 pelo Conselho Estadual de Cultura do Pará e republicado em segunda e ampliada edição em 1986 pelo Centro de Estudos Jurídicos do Pará (CEJUP), em comemoração do seu centenário. Sem dúvida, é o melhor livro de biografias que se publicou no Pará, não tanto pelo número de biografados, como pelas informações históricas de diversas épocas nelas contidas. Entretanto, está longe de ser completa. Além de conter incorreções, lapsos e grandes lacunas sobre cientistas, na-

turalistas e pesquisadores em geral, sejam paraenses ou estrangeiros, a obra de Ricardo Borges não preenche o vácuo da história da ciência no Pará e nem relembra aqueles sábios que aqui lutaram contra a ignorância, pois aí se encontram menos de dez nomes, assim mesmo com notas sumárias e algumas incorreções de datas.

Por fim, para não fazermos injustiças, referiremos o esforço realizado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em promover o "Simpósio sobre a História da Ciência e da Tecnologia no Pará", nos dias de 17 a 21 de junho de 1985 no qual foram abordadas as instituições, a UFPA e temas científicos por vários professores e pesquisadores. O Museu Paraense foi representado pelo ex-Diretor, Dr. José Seixas Lourenço, o qual apresentou um sumário histórico e as suas linhas de atividades até então. Os trabalhos foram publicados pela UFPA em 1985, em dois volumes, com o título *Anais do Simpósio sobre a História da Ciência e da Tecnologia*. As anotações de José Seixas Lourenço se encontram no segundo volume, nas páginas 447 a 460. Também inserimos aqui o recente trabalho "Médicos de outrora no Pará", do Dr. Clóvis Meira, médico e professor universitário, publicado em Belém em 1986 com 479 páginas.

As biografias que apresentamos aqui são o resultado de nossas pesquisas durante os últimos trinta anos, algumas foram publicadas em jornais, revistas e livros em Belém e o restante inédito. Foram elaboradas em épocas diversas de modo que tiveram de passar por rigorosa revisão de texto e atualizadas. Este trabalho engloba quatorze estudos biográficos,

dos quais alguns mereceram uma atenção especial e, portanto, contêm um aprofundamento de informações mais minuciosas de acordo com a contribuição e a maior representatividade que a pessoa em questão teve no desenvolvimento do Museu Paraense Emílio Goeldi, na pesquisa científica ou no aspecto administrativo. Esse conceito vale também em relação ao Pará e extensivamente ao Brasil.

No conjunto geral, já temos uma lista de algumas 70 pessoas, na qual se incluem as quatorze agora apresentadas, que em nossa opinião merecem ser biografadas, em maior ou menor amplitude, conforme a sua importância e contribuição que deram nos termos acima referidos. O presente livro faz parte de uma série de biografias, que deverão ser publicadas em futuro próximo, e desde já podemos dizer que o segundo volume poderá ser redigido pelo autor. Daí para diante, outros pesquisadores, habilitados e com a necessária paciência, poderão completar as biografias e outras que por ventura venham a aparecer no futuro. A nossa tarefa tão cheia de dificuldades foi iniciada e cumprida, não no todo como sempre desejamos, mas parcialmente. Resta muito ainda por fazer, principalmente no que diz respeito à história geral do Museu Paraense e para tanto já redigimos históricos sobre a Zoologia, Geociências, Biblioteca, Parque Zoo-Botânico e assuntos correlatos. A pesquisa meteorológica foi resgatada no trabalho de Osvaldo Cunha e Therezinha Xavier Bastos em *A Contribuição do Museu Paraense Emílio Goeldi à Meteorologia na Amazônia (Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, nº 23, 86 páginas, 1973)*.

Com essas contribuições tão exatas quanto reais, é nossa esperança que possamos ajudar aos que nada sabem sobre o Museu Paraense a conhecê-lo melhor, a fim de que em dias vindouros ele venha a ser mais decisivamente auxiliado, amparado e preservado como um santuário ina-

lienável e resguardado da inépcia de más pessoas, para que o seu futuro seja tranquilo e a ciência que nele se pratica reverta em benefício às gerações futuras, engrandecendo, assim, o Pará, a Amazônia e o Brasil.

Oswaldo Rodrigues da Cunha



Carlos Estêvão de Oliveira

(1880-1946)

Em outubro de 1930 no Brasil, as forças revolucionárias estão triunfantes. A República Velha, cansada, esgotada e corrupta, passava então às páginas da história. No Pará, depois de algumas lutas, o Governador Eurico Vale é obrigado a renunciar. Nenhuma guerra, revolta, golpe ou revolução se faz sem derramamento de sangue. Existem as vítimas, fatalmente. E o Museu Paraense teve infelizmente a sua vítima, para escrever com sangue uma página de sua história, por sinal bem nítida, assinando assim uma mudança completa na vida desta instituição. A vítima a quem nos referimos, sacrificada dentro do próprio Museu, foi o famoso Ernesto Lohse, inimitável desenhista, pintor, litógrafo e colaborador infatigável de trabalhos científicos e de inúmeras outras atividades, durante a fase áurea de Emílio Goeldi.

Apesar da violência de atos praticados na Revolução de 1930, é necessário contudo verificar a situação em que se encontrava o Museu Paraense, abandonado pelos governos que se sucederam de 1920 a 1930, representados pelos senhores

Souza Castro, Dionísio Bentes e Eurico Vale. No Governo deste último pensou-se em fazer alguma coisa em benefício do velho Museu, porém nada de concreto. Ninguém melhor que o então Interventor do Estado, Major Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, para analisar o estado do Museu ao assumir o seu Governo discricionário. Na mensagem apresentada à Assembléia Constituinte, em sessão solene de instalação, a 4 de abril de 1935, assim se manifestou:

"A Revolução encontrou o Museu em completa decadência. Instituição científica de larga projeção, foi como que julgada pelos últimos Governos da Primeira República sem credenciais para figurar em suas cogitações administrativas. Desse modo abandonado pelos poderes públicos, aquele precioso estabelecimento que, no passado, tão alto elevava o nome do Pará, vivia em matéria de ciência, das glórias que fora em tempos idos, estando num quase estado de completas ruínas".

E mais adiante arremata honestamente:

"Como era natural, porém, um

simples quadriênio não foi bastante para a perfeita realização de tão grandiosa obra, ainda mesmo superiormente dirigida, como vem sendo pelo Dr. Carlos Estêvão de Oliveira”.

E Magalhães Barata, finalizando o seu parecer sobre o Museu, afirma:

“Entretanto, não fora o esforço culto e ilimitado do Dr. Carlos Estêvão, talvez, me não pudesse desvanecer do grau de progresso em que se encontra o nosso Museu”.

Carlos Estêvão de Oliveira nasceu a 30 de abril de 1880 em Recife, Pernambuco. Seu pai, Antônio Estêvão de Oliveira, era advogado, político e professor da Academia de Direito dessa mesma cidade, e sua mãe a senhora Josefa Enedina de Oliveira. Carlos Estêvão era irmão do Dr. Luiz Estêvão de Oliveira, figura de grande destaque na vida judiciária do Pará, mais velho, nascido a 30 de março de 1878 em Recife, tendo o Tribunal de Justiça do Estado do Pará comemorado o seu centenário, com grande solenidade.

Como o irmão, Carlos Estêvão formou-se também em Direito pela Faculdade daquela cidade em 1907. Seu irmão bacharelara-se em 1903, havendo assim uma diferença acentuada de tempo, quatro anos entre as duas formaturas. Supomos ainda que Carlos Estêvão, antes de decidir ser advogado, como o pai, resolvera ser médico. Sabemos que cursara a Faculdade de Medicina de Recife até o terceiro ano, abandonando-a por motivo ignorado. De qualquer modo, os anos de estudos médicos devem ter-lhe incutido o gosto pela ciência, além dos conhecimentos de Biologia que adquiriu, os quais lhe proporcionariam com certeza as bases para as

pesquisas a que em breve iria se dedicar.

Carlos Estêvão, ainda muito novo, associava-se intensamente ao movimento intelectual de Recife, nos primeiros anos desse século, antes de vir residir no Pará. Era inteligente, ativo e perquiridor. Possuía boa cultura geral, dominava a língua portuguesa além de conhecer bem o latim. Tinha refinada sensibilidade para ver com penetrante agudeza de espírito todas as coisas belas da natureza e aquelas criadas pelo homem.

Carlos Estêvão foi, no início do século, um dos pioneiros do movimento trovadoresco no Brasil, iniciado em Recife com a publicação de uma coletânea de trovas intitulada “Descantes” em 1907. Nesse livrinho estavam reunidas provas de Ademar Tavares, que então tinha 19 anos, e dos que promoveram tal coletânea, como Carlos Estêvão, Manoel Monteiro, Moreira Cardoso e Silveira de Carvalho. O citado Ademar Tavares, nascido em 1888, advogado, magistrado e professor de Direito, tornar-se-ia depois o Príncipe dos trovadores brasileiros, conforme atestou recentemente o grande trovador Aparício Fernandes, no livro “A Trova no Brasil”, 1972.

Não conhecemos todas as trovas feitas por Carlos Estêvão, pois além da coletânea acima referida existe outra pequena publicação denominada “Cantigas”, contendo novas trovas do futuro Diretor do Museu. Esta obra está registrada no “Dicionário Literário Brasileiro Ilustrado” de Raimundo Menezes, publicado sob o patrocínio do Instituto Nacional do Livro, em 5 volumes, editado em 1969, com segunda edição em 1978. Acreditamos que existam muitas outras trovas de

Carlos Estêvão esparsas, divulgadas em jornais ou revistas em épocas diversas, difíceis de encontrar ou coordenar. De modo geral, o trovador não é um improvisador de quadrinhas que alinha as palavras em estrofes com artificialidade. "Sendo a trova uma manifestação poética das mais legítimas, não poderia deixar de ser, por isso mesmo, uma *poesia*". Assim explica o trovador Aparício Fernandes, há pouco referido. E mais adiante arremata o mesmo autor que a trova "é o mais difícil gênero de manifestação poética. Face às dificuldades de se conjugar síntese, originalidade, expressão, naturalidade e ritmo, queremos crer que não estão muito longe da verdade os que assim se pronunciam. Naturalmente para quem nasceu trovador, tudo se torna mais fácil". Conclui-se pois desta lição que Carlos Estêvão era um autêntico trovador, um poeta nato. O Dr. Luiz Scaff quando Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi conseguiu obter em Recife, em 1979, uma pequena coletânea das trovas de Carlos Estêvão, dando-as a conhecer a todos no Museu. As trovas podem ser líricas, humorísticas e filosóficas, sob o prisma literário, e é de se admitir que as trovas de Carlos Estêvão se ajustem aos três tipos.

Eis aqui três trovas de Carlos Estêvão:

Eu amo os meus dissabores,
idolatro o meu tormento
pois quem causa minhas dores
vale bem meu sofrimento

Teus seios, fundo mistério,
que meu olhar não desvenda,
são dois canários do Império
numa gaiola de renda ...

Onde anda o corpo da gente
a sombra vai pelo chão,
é assim também a saudade
a sombra do coração.

Depois de formado em Direito em 1907, Carlos Estêvão transferiu-se para Belém em princípios de 1908. O pai, que havia morrido em 1905, era político militante e fora muito perseguido pelo Governador de Pernambuco. Esta situação de atrito e insegurança obrigou os dois irmãos, Luis e Carlos Estêvão, a abandonarem a terra natal. Parece que Carlos Estêvão ao vir fixar-se no Pará já estava com um emprego público garantido pelo Governador do Pará, Dr. Augusto Montenegro, pois, no dia 6 de abril de 1908, foi nomeado Promotor de Justiça em Alenquer. Nessa época seu irmão Luis já estava fixado no Pará desde 1907. Em 13 de fevereiro de 1913, Carlos veio para Belém exercer a função de segundo prefeito de Segurança Pública do Estado, equivalente a Delegado de Polícia dos dias de hoje. Em 29 de abril de 1914 foi nomeado Consultor Jurídico da Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação, permanecendo nessa função até ser nomeado Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, em 1930.

Além dessas funções de caráter oficial, Carlos Estêvão exerceu outras atividades ligadas à advocacia e ao comércio, bem como a de Fiscal de Bancos. Foi, também, um dos Diretores da Confederação das Colônias de Pescadores do Pará, entre os anos de 1930 e 1932.

Como negociante, Carlos Estêvão, associado a outras pessoas, das quais a última foi Juca Vasconcelos, seu amigo, manteve por muito tempo em Belém uma casa famosa de ven-

das de ferro velho, quinquilharias e antiquilhas que na época chamavam loja de *bric à brac*.

Apesar das altas funções e da casa de negócios particular, foi sempre um homem modesto, simples. Não tinha riqueza em moeda sonante; era honesto acima de tudo. A sua única riqueza foi a família, a sua educação, a sua cultura e as suas importantíssimas, sob o ponto de vista científico, coleções etnográficas e arqueológicas, que lhe custaram longos anos de paciente coleta, com recursos pecuniários próprios. Carlos Estêvão morreu pobre, somente com a assistência da família, na terra de Iracema, Ceará. As suas preciosas coleções ele as doou ainda em vida para o governo de Pernambuco, que hoje as mantém em exposição no Museu Estadual de Recife.

Nos últimos anos de sua vida em Belém, Carlos Estêvão morava com a esposa e a filha Lygia, solteira, na avenida 22 de Junho, hoje Alcindo Cacela, próximo a S. Jerônimo, hoje denominada Governador José Malcher. Parece que a casa era alugada. Ele jamais quis morar dentro do Museu, naturalmente por motivos particulares.

Desde 1921, na administração de Antônio O' de Almeida, este privilégio, criado por Emílio Goeldi para os diretores do Museu, deixou de ter validade. Carlos Estêvão manteve esse princípio até a sua resignação à Diretoria em fevereiro de 1945. Era permitido apenas a uns poucos funcionários, que tinham cargos de vigilância, e porteiros morarem em casas do Museu. Em 1951 esta vantagem (ou mordomia como queiram) foi reativada e mantida até 1982. Atualmente desapareceu.

Nessa época não existiam au-

tomáveis especiais pagos pelo Governo para chefes de repartição, nem os funcionários públicos tinham dinheiro para adquirir carros. Andavam a pé e de bonde. Carlos Estêvão andava de bonde para vencer as maiores distâncias e a pé quando vinha para o Museu, bem cedinho, para fiscalizar tudo. Por algum tempo manteve uma charrete puxada a cavalo, suprimida por ser dispendiosa.

Carlos Estêvão era casado com a senhora Maria Izabel Estêvão de Oliveira com quem teve três filhos: Lygia Estêvão de Oliveira, solteira até hoje; Dr. Antônio Carlos de Oliveira, biólogo competente e que foi por muitos anos Diretor do Serviço de Piscicultura do Nordeste, e Dalmo Estêvão de Oliveira, engenheiro agrônomo e que pertencia ao quadro técnico do Ministério da Agricultura. Dos três filhos, Carlos Estêvão possuía maior afinidade com Lygia, que venera até hoje a figura simpática de seu pai.

Além da cultura literária e científica de que era dotado, Carlos Estêvão possuía fina sensibilidade para a música. Conhecia bem os grandes compositores clássicos e tocava regularmente piano, tanto que, para usufruir desse deleite, havia em sua casa um desses instrumentos. Não se sabe como aprendeu música e a tocar piano. Compunha também música sobre o folclore do Nordeste, das quais se destaca "Aquela canoa". Gostava de Chopin e de valsas brasileiras.

Pela sua modéstia, personalidade conspícua, caráter firme e comunicabilidade espontânea, Carlos Estêvão mantinha um relacionamento social muito amplo, fosse com altas personalidades do Estado e do País, fosse com pessoas simples, humildes

e em especial com os seus funcionários do Museu. Era comunicativo e tinha especial carinho para com as crianças. Não possuía predileção alguma pela política, tanto na Primeira República como após a Revolução de 30. Entretanto, através de sua cultura intelectual, seu patriotismo honesto, seu amor pela Amazônia e suas amizades prestigiosas, soube, com seu cunho pessoal e certo jeitinho, tirar os melhores resultados dos políticos e governantes, não tanto para si, mas muito especialmente para o Museu Paraense Emílio Goeldi.

Dentre as grandes amizades de Carlos Estêvão sobressaíam os nomes do Presidente Getúlio Vargas, Magalhães Barata, D. Augusto Álvaro da Silva, na época Arcebispo Primaz da Bahia, D. Pedro de Orleans e Bragança, herdeiro do trono do Brasil, o grande capitalista Guilherme Guinle, o Núncio Apostólico e inúmeras outras pessoas importantes como magistrados federais, ministros, militares, escritores, cientistas nacionais e estrangeiros.

Carlos Estêvão era católico praticante e por isso, devido a sua educação religiosa, firmemente aliada à formação humanística e alto senso de justiça, soube trilhar condignamente o caminho entre seus amigos e inimigos. Suscitou polêmicas, provocou inveja e acumulou para si inimizades odientas, que o transformaram em uma figura controversa. Em verdade Carlos Estêvão não foi a pessoa maneirista e oportunista que tanto propalaram. Naturalmente teve defeitos pessoais, cometeu grandes falhas administrativas, que de forma alguma podem esmaecer o grande cidadão brasileiro que foi, em épocas diferentes, cheias de vicissitudes, de contradições, de violências, de revo-

luções, de guerras, etc. Carlos Estêvão soube cumprir o que o destino lhe confiara e, no que se relaciona ao Museu Paraense, ele fez tudo o que lhe estava ao alcance, contido nos limitados horizontes de um Estado pobre e esquecido da República, com verbas escassas e pessoal técnico especializado ainda mais minguado.

Carlos Estêvão possuía caráter e personalidade de rijo embasamento, adquiridos na casa paterna, numa época em que isso era fator imprescindível em um homem de bem. Para atestar essas qualidades lembraremos o seguinte episódio. Entre os anos de 1920 e 30, a Assembléia Legislativa do Pará distribuiu em doses maciças grandes tratos de terras devolutas do Estado, com a conivência dos Governadores, a pessoas que requeressem as glebas ou que fossem apadrinhadas dos políticos. Havia até uma lei, a de nº 2.489, de 4 de novembro de 1925, que autorizava o Governador a conceder áreas devolutas até o máximo de 150 mil hectares. Carlos Estêvão requereu e obteve uma gleba de 150 mil hectares no município de Monte Alegre, em 1928 ou 29. Não temos idéia do que iria fazer com tanta terra, ele e as outras dezenas de requerentes, inclusive estrangeiros.

Com a revolução de 30 e Magalhães Barata na Interventoria, uma série de decretos se sucederam, a partir de fevereiro de 1931, confiscando sumariamente essas terras latifundiárias. Carlos Estêvão era já o Diretor do Museu quando Magalhães Barata lhe arrancou com um decreto, o de nº 81, toda a citada área. Ele foi o primeiro a ser ceifado pelas violentas diretrizes revolucionárias e discricionárias de Barata. Com os seus decretos, o Interventor incorporou novamente ao patrimônio do

Estado 5.662.669.97,00 hectares. Carlos Estêvão não discutiu, não se demitiu, nem foi demitido da direção do Museu. Não brigou com Magalhães Barata, nem se tornou seu inimigo. Ele tinha caráter e decerto achou razões suficientes no ato do Interventor. Muitos dirão submissão, servilismo ou interesses de Carlos Estêvão. Ao contrário, parece-nos que ele possuía nobreza de espírito, personalidade, compreensão necessária na hora certa. Tornou-se ainda mais amigo de Magalhães Barata e este reconheceu, como lemos no início destas notas, o seu valor, o seu trabalho, o seu tino administrativo e, mais ainda, o seu patriotismo.

Esta é uma lição de equilibrado bom senso, disciplina, obediência sem sujeição, desambição e tudo o mais que é inerente a um homem de bem. Hoje em dia, quando o território do Pará está quase todô nas mãos destruidoras e monopolizadoras de latifundiários nacionais e estrangeiros, visando a lucros insaciáveis em feroz combate ao pobre agricultor, ao mesmo tempo que destroem a Natureza. Magalhães Barata, se fosse Interventor, até morreria de pavor. E Carlos Estêvão era um honesto e pobreto diante de tão avassaladora onda de anti-regionalismo, corrupção dos costumes e desvirginamento definitivo do patrimônio natural do Pará.

Trataremos agora da administração que Carlos Estêvão tentou desenvolver no Museu pelo espaço de 14 anos e meses. Havia sido nomeado Diretor em caráter interino, a 18 de novembro de 1930, assumindo o cargo a 20. Anotar o que Carlos Estêvão conseguiu fazer nesses anos pelo progresso do Museu não é tarefa simples. O major Joaquim Ma-

galhães Barata não conhecia pessoalmente Carlos Estêvão, quando muito talvez pelo nome, pois, nessa altura, o futuro Diretor do Museu já era bastante conhecido em Belém e fora do Estado. Não se sabe ao certo qual a pessoa importante que indicou o nome de Carlos Estêvão ao novo Interventor.

Magalhães Barata tinha profunda admiração pelo Museu e pelo desenvolvimento científico que havia tido no passado. Após nomear Carlos Estêvão para a direção, Barata vem fazer uma visita de inspeção ao Museu ainda em dezembro de 1930, mostrando-se entristecido pelo abandono e esquecimento em que os governos anteriores tinham deixado ficar a instituição. O novo Interventor jogou todo o prestígio, apoio moral e financeiro a Carlos Estêvão para soerguer o Museu às alturas em que estivera um dia. A sorte estava lançada e o tino administrativo de Carlos Estêvão iria ser posto à prova sem titubeios, pois Magalhães Barata não perdoava a incompetência, os deslizos funcionais, a malandragem e a falsa amizade, principalmente ao tempo de sua primeira interventoria, exercida com idéias renovadoras e patrióticas.

Nos primeiros anos de administração à frente do Museu, Carlos Estêvão trabalhou duro, incessantemente, diuturnamente, com poucas horas de repouso, ao mesmo tempo que impunha um sistema de austeridade, fazendo todos trabalharem, funcionários antigos ou recém-nomeados, com satisfação, alegria e esforço para o benefício do Museu. Carlos Estêvão tinha carta branca e toda a autoridade no desempenho de suas funções para dinamizar o Museu. O Interventor queria com

urgência melhoramentos em todos os setores do Museu, para mostrar que os novos ventos trazidos pela Revolução de 30, vinham para mudar, vinham para renovar, em especial, as repartições, outrora tão aviltadas. Antes de sete horas da manhã já Carlos Estêvão estava entrando pelo portão da então Av. da Independência, todos os dias e muitas vezes aguardando o próprio Magalhães Barata para juntos fiscalizarem, examinarem e discutirem planos futuros para o Museu.

O Parque Zoo-Botânico do Museu foi o setor que mais atenção absorveu de Carlos Estêvão e de Barata, além da verba que consumia na restauração e construção de gaiolas, e áreas de contenção para animais diversos. Para povoar rapidamente o Zoo do Museu, Magalhães Barata exigiu que todos os prefeitos dos municípios do Pará contribuíssem com variado número de animais vivos, principalmente pertencentes a espécies curiosas e raras. Além dessas obrigações, todas as prefeituras do Pará deviam colocar todo mês, na Recebedoria de Rendas, a quantia que variava de 30 a 60 mil réis, conforme a renda de cada município, como estipulava o decreto de novembro de 1931. Essa cota era aumentada de ano para ano, ao menos enquanto Barata foi Interventor.

Desde longo tempo o Museu tinha sido o grande sonho de Carlos Estêvão, a sua grande ambição, a sua paixão diária, a sua luta para transformar esta instituição, num Museu útil, florescente, uma colméia de trabalho, invejada em todo o Brasil. Não foi com idéias e reuniões brotadas em recintos fechados, sentado em um gabinete, mas apenas com a vontade, que Carlos Estêvão conseguiu

em poucos anos, e note-se com não mais do que 30 funcionários, fazer do Museu um dos mais ativos institutos de pesquisa, fosse pura ou prática, e o melhor e mais bonito Zoológico do Brasil. Carlos Estêvão conseguiu fazer verdadeiro milagre no Museu, tendo-se em conta a escassa verba que o Governo lhe destinava, já no máximo limite que possibilitava o Tesouro do Estado. Esta conquista de Carlos Estêvão entusiasmou a todos, a ponto de Cândido de Melo Leitão, em seu livro "Biologia no Brasil", dado à luz em 1937, exclamar: Esse abnegado Diretor, ecologista de alma e etnólogo apaixonado consegue fazer do pequeno jardim zoológico um modelo de técnica e bom gosto; anima a arte ao serviço da ciência de Eládio Lima e dá uma bela lição do que se pode conseguir no Brasil".

Era assim Carlos Estêvão, estava dando uma lição ao Brasil. Era um homem de sensibilidade, de gosto apurado, conhecia na prática a vida dos animais, conhecia a sua ecologia. Todas as gaiolas, viveiros, tanques e espaços abertos eram minuciosamente estudados para proporcionar as mais aproximadas condições ambientais a cada espécie de animal, dando-lhe ao mesmo tempo abrigos, refúgios, alimentação adequada e assistência veterinária. Nessas condições favoráveis os animais se reproduziam em quantidade admirável, pois nunca o Zoo do Museu havia conseguido tanto êxito em um espaço tão diminuto, para um verdadeiro Jardim Zoológico. O Museu vendia para quem quisesse e ainda exportava animais, o excesso, para outros Zootos do Brasil e do exterior.

Carlos Estêvão foi um lídimo e nato conservacionista da natureza

amazônica. Desde 1930 foi um lutador intrépido, ardente e realizador desses princípios na manutenção da flora e fauna em seus ambientes. Angustiava-se pela destruição insensata e feroz de alguns animais como o peixe-boi, as grandes tartarugas fluviais, o pirarucu, veados, capivaras, antas, onças, macacos e muitas aves. Era urgente desenvolver a criação intensiva desses animais em cativeiro e decretar leis severas freando ou punindo os assassinos da natureza violentada. E assim foi feito. Possivelmente por suas sugestões, pois Carlos Estêvão já conhecia relativamente bem o interior do Estado em suas andanças desde 1908, foi que Magalhães Barata desencadeou uma feira de decretos, que por si só marcavam um pioneirismo de vanguarda em nosso Estado e no Brasil. Aliás o Pará, por causa do Museu Paraense, foi no Brasil sempre o carro chefe na defesa do patrimônio arqueológico, etnológico, faunístico e florístico, de uma imensa região como a Amazônia.

Eis os decretos de Magalhães Barata, para conter a violação da natureza: decreto de 23 de abril de 1931, prevenia a derrubada de matas para roçados e a extração de madeiras de lei; decreto de 9 de setembro de 1932, legislava sobre a aquisição e exportação de cerâmica aborígine de tribos extintas; decreto de 24 de abril de 1933, dispunha sobre os peixes vivos exportados do Estado e dava outras providências a respeito; decreto de julho de 1933, dispunha sobre a coleta de peixes vivos para aquários ou reprodução em cativeiro; decreto de dezembro de 1933, dispunha sobre a exportação de animais da fauna paraense. Todos esses decretos estabeleciam que o Museu Paraense era por excelência o órgão governamental fiscalizador, através de seu Diretor e nada do que neles se proibia podia ser desrespeitado sem a in-

terferência do Museu, que imediatamente comunicava ao Interventor. Além desses, existiam outros decretos disciplinando a exploração de minérios, rochas e particularmente o ouro e pedras preciosas sem autorização do Governo.

Desde o início de sua administração, Carlos Estêvão desenvolveu esforços junto a Magalhães Barata para desapropriar os últimos terrenos particulares ainda encravados na quadra do Museu e que se localizavam em toda a extensão lateral da Avenida 22 de junho (hoje Alcindo Cacela). Isto foi aos poucos conseguido e, já em 1932, Carlos Estêvão iniciava febrilmente a construção nessa área dos lagos e canais para a criação intensiva de várias espécies de tartarugas fluviais e inúmeras espécies de peixes amazônicos de água doce, como o pirarucu, pescada, apaiari, tucunaré, pirapitinga, matrinhã, tambaqui e outras espécies pequenas de ornamentação para aquários. Logo em seguida iniciou a criação em cativeiro, em caráter experimental, do já raro peixe-boi. A criação deste mamífero não foi satisfatória em vista do diminuto espaço existente no parque, pois aquele mamífero exige grandes lagos ou igarapés com ambiente ao natural. De modo geral Carlos Estêvão foi bem sucedido, um pioneiro que conseguiu levar adiante um propósito, um programa bem estudado da criação de animais silvestres em cativeiro. Depois de sua retirada melancólica do Museu, em fevereiro de 1945, nada mais se fez nesse sentido no Pará, na Amazônia. Tudo entrou em fase regressiva até ficar na estaca zero, isto é de volta aos anos 20. As gerações de hoje nem sabem que esse esforço existiu um dia no Museu.

É só uma lembrança remota de um passado recente. Hoje várias instituições como o IBDF, SUDEPE, INPA, EMBRAPA e outras e até particulares procuram fazer a mesma coisa, isto é começar de novo, o que foi feito há quase 60 anos! Isto é Brasil.

Em todo o caso, o esforço infatigável de Carlos Estêvão, de seus funcionários e colaboradores produziu os resultados positivos ao serem trasladados os alevinos (filhotes de peixes) do Museu Paraense para os açudes do Nordeste, sob a responsabilidade da Comissão de Piscicultura, sediada em Fortaleza, e também para outros Estados do Brasil, inclusive Paraíba, Bahia e S. Paulo. Os açudes dessas regiões possuem hoje peixes amazônicos em abundância, particularmente o pirarucu, que alimentam populações humanas daqueles sertões. Um sonho de Carlos Estêvão tornado realidade através das pesquisas práticas de ictiologia do Museu Paraense. Aqui no Pará, Carlos Estêvão tentou também povoar de peixes especiais alguns de nossos igarapés da zona bragantina, inclusive todos os lagos do Utinga em 1943, quando era Diretor do Serviço de Águas o Dr. Augusto Meira Filho, que se entrosou plenamente a esse grande empreendimento, pondo à disposição do Diretor do Museu todas as facilidades necessárias de que dispunha, inclusive fornecendo tabatinga (argila) e plantas aquáticas para os lagos do Museu.

Em setembro de 1933, o Presidente Getúlio Vargas veio a Belém, a fim de visitar o Pará e dar o seu apoio ao Governo de Magalhães Barata. Fez uma visita especial ao Museu, sempre acompanhado de Carlos Estêvão, então já seu amigo e

admirador. Plantou uma árvore no Parque e examinou todos os setores do Museu, verificando o trabalho de recuperação que já havia sido realizado. Nessa visita Carlos Estêvão expôs a Getúlio Vargas a necessidade de o Governo Federal auxiliar anualmente com alguma verba a manutenção futura do Museu ou federalizá-lo de vez, para não vir um dia a desaparecer. Vargas prometeu estudar com carinho a sugestão. Entretanto, sabemos hoje que Magalhães Barata não entregaria o Museu ao Governo Federal, quando muito aceitaria o auxílio. Barata lutou sempre contra a federalização que significava anti-regionalismo.

Passam-se os anos e nenhuma solução. Carlos Estêvão insistiu em 1936, 37 e 38, até que neste ano procurou-se formalizar a encampação definitiva do Museu pelo Governo Federal. Note-se que Magalhães Barata já não era Interventor desde 1935. Tudo estava já estudado e definido entre o Governo do Pará, o Diretor do Museu e o Governo Federal, para equiparar o Museu Paraense ao Museu Nacional do Rio. Motivos desconhecidos puseram por terra toda essa conquista de Carlos Estêvão, que, depois disso, só conseguiu receber do Governo Federal algumas pequenas verbas para o setor de Ictiologia e Biblioteca. Carlos Estêvão em 1938 tinha planos grandiosos para o desenvolvimento do Museu, tanto no que diz respeito à ciência pura como à pesquisa aplicada. Com a anuência do Governo do Estado, então o Interventor Dr. José da Gama Malcher contratou um arquiteto e delineou os planos para a construção de um monumental edifício de três andares, que ocuparia toda a frente, voltada para a Avenida

da Independência. Aí se alojariam a Diretoria, Secretaria, Exposição, Biblioteca, Auditório e todas as seções científicas, como laboratórios e salas para coleções. Em seus Relatórios Carlos Estêvão insistia sempre nos seus planos para desenvolver os estudos etnológicos, arqueológicos, geológicos, botânicos e zoológicos. Lutou para que o Parque Zoológico do Museu fosse transferido para um local apropriado, pois aqui não havia mais condições para expandir a criação de animais silvestres. Carlos Estêvão não admitia um Jardim Zoológico puramente expositivo; ele tinha de servir a finalidades mais expressivas, como a conservação e proliferação dos animais em ambientes ecológicos. Para isso, solicitou do Governo de Magalhães Barata, na segunda Interventoria, em 1943, a compra do sítio Ariri ou Iriri, antigo Benjamin (à altura de Benevides), nas proximidades de Belém, para que ali fosse desenvolvida intensivamente a criação de animais, em especial as espécies aquáticas, por existirem naquele local lagos e igarapés. Já estava quase tudo acertado para essa grande empresa, quando os planos foram engavetados, devido ao afastamento voluntário de Barata e às intermináveis intrigas urdidas entre este e Carlos Estêvão. Tudo voltou à estaca zero.

Durante a administração de Carlos Estêvão, plantaram-se muitas árvores, de várias espécies, como jamais se havia feito desde os tempos de Huber, em 1914. E, o mais interessante, é que cada árvore plantada tem uma história a contar. Carlos Estêvão gostava disso. Ele tanto amava os animais, os amigos, as crianças e defendia com todas as suas forças o índio espoliado, violentado,

desamparado, como gostava das plantas e, em particular, das esbeltas, graciosas e úteis palmeiras desta região. Sua admiração pelas palmeiras amazônicas era tão viva que ele criou no Parque o esplêndido *Palmarum*, como ele chamava a área onde existiu a piscicultura. O *Palmarum* foi inaugurado em 10 de dezembro de 1934, com a palmeira Babaçu, plantada pelo então Major Magalhães Barata e, dessa data em diante, cresceu e se expandiu ao ponto de, 10 anos depois, Carlos Estêvão afiançar que naquele local existiam mais de 40 espécies de palmeiras, representadas por dezenas de exemplares.

Carlos Estêvão desde o início de sua administração procurou incentivar as pesquisas científicas no Museu. Patrocinou e encorajou os estudos do Dr. Eládio Lima sobre os mamíferos da Amazônia, fundamentados em peles das coleções e nos respectivos ambientes de cada espécie. Às expensas do benemérito Guilherme Guinle, foi apenas publicado o primeiro volume da obra projetada em estilo gigante, como até hoje não se fez igual, editado pelo Museu Paraense. Conseguiu Carlos Estêvão trazer o velho zoólogo Godofredo Hagmann para chefiar a Seção de Zoologia. Desenvolveu esforços para trazer a botânica Anna Huber, então professora universitária na Suíça, filha de Jacques Huber, para efetuar pesquisas no Museu, mas não alcançou esse objetivo. Conseguiu trazer, depois de algum tempo, o maior etnólogo da época, Curt Nimuendajú (que aqui já tinha estado em 1921), para estudar várias tribos indígenas amazônicas, enriquecendo com vasto material artesanal as coleções etnológicas do Museu. Promoveu, também, o primeiro curso práti-

co de Etnologia, realizado pelo mesmo Nimuendajú. Trouxe, também, em 1943, por algum tempo, o famoso limnólogo Harald Sioli, que se encontrava confinado em Igarapé-Açu, por motivo da segunda guerra, por ser cidadão alemão. As pesquisas arqueológicas tiveram grande desenvolvimento com estudos levados a cabo por Nimuendajú, o próprio Carlos Estêvão e a famosa arqueóloga Helen Palmatary, americana, que colaborou muito tempo no Museu. Em relação as plantas, de que Carlos Estêvão tanto gostava e das quais já dissemos alguma coisa, ele ainda promoveu viagens constantes do velho botânico Adolpho Ducke ao Museu, para dar sempre assistência ao Herbário e a estudos diversos. Na Ictiologia colaboraram o zoólogo Rodolpho Von Ihering, Antônio Carlos Estêvão, filho de Carlos Estêvão, Paulo Sawaya, da Universidade de S. Paulo, o ictiólogo Sprague Myers, da Universidade de Stanford, e outros mais. Na piscicultura trabalharam Alba Maranhão, Inah da Mota Silveira e José Silva, assistente. Trabalharam, também, no Museu, Raimundo Dias, Rubem Lima, Mário Sampaio, Lygia Estêvão, Mariana Chuva, Miguel Silva e muitos outros. A Biblioteca do Museu cresceu, expandiu-se largamente, sem possuir um local adequado, até que Carlos Estêvão conseguiu que o Interventor interino Deodoro de Mendonça obtivesse, por compra pelo Estado, quatro prédios situados na Av. Independência, esquina com Alcindo Cacela, para em um deles alojar a mesma Biblioteca. Os prédios, de propriedade do Dr. Agostinho Monteiro, foram considerados de utilidade pública para a expansão do Museu, através do Decreto-Lei 3.757 de 12 de maio

de 1941, para desapropriação judicial. Entretanto, a operação foi concluída na Interventoria de Magalhães Barata, em 1944.

No prédio da esquina das Avenidas Independência e Alcindo Cacela, Magalhães Barata e o então Diretor do Museu, Dr. Sampaio, decidiram instalar a Nova Biblioteca com a colaboração do funcionário bibliófilo Inocêncio Machado Coelho, Godofredo Hagmann, Eric Rost e outros auxiliares.

Foi inaugurada a 2 de junho de 1945 com a presença do Interventor Magalhães Barata, o Prefeito A. Engelhardt, o Diretor do Museu, Mário Sampaio e outras autoridades. A data assinala-se no aniversário de Barata, cuja atitude vem demonstrar de modo decisivo a importância que esse Interventor sempre deu ao Museu Paraense Emílio Goeldi e à cultura geral do Pará.

Eis em pálidos traços o que foi a administração de Carlos Estêvão de Oliveira pelo espaço de 14 anos. Note-se que ele administrou quase sempre com verbas minguadas, limitadas, sem perspectivas. Não podia fazer orçamentos, não podia delinear programas a longo prazo. Tudo tinha de ser de ano para ano. Para conseguir verbas era quase obrigado a mendigar, com muita habilidade, junto ao Interventor ou ao amigo Getúlio Vargas. Nos últimos anos, o Estado não tinha mais condições de manter ao menos razoavelmente o *status* científico do Museu. Carlos Estêvão previu este desastre com antecedência. Nada foi feito, apenas engodo, conversas falazes e um sorriso desconcertante dos responsáveis pela administração pública. Como todos devem saber, só 10 anos depois, quando o Museu se encontrava

completamente degradado, foi que o S.O.S. foi ouvido pelo Governo Federal, através do então Conselho Nacional de Pesquisas e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, incentivado pela profunda sensibilidade e visão administrativa de Olympio da Fonseca, nos fins de 1954.

Carlos Estêvão de Oliveira viveu 37 anos no Pará. Irradiou sua simpatia por todos os cantos de Belém, transmitindo uma lição de esperança, de força de vontade, de trabalho e de confiança no futuro. Ninguém mais que Carlos Estêvão sabia impregnar-se e impregnar os circunstâncias de otimismo com sua habilidade, espontaneidade e entusiasmo. Por isso deixou profundamente assinalada a sua trajetória na vida do Museu. Plasmara-se, assim, o mito de Carlos Estêvão. A história do Museu dividia-se em antes dele e depois dele, servindo, pois, sua administração como protótipo de comparação para as posteriores. Houve até um Diretor, no início da década de 1950, que pretendeu, em tom de galhofa, acabar com o mito de Carlos Estêvão no Museu! O tempo, o inexorável tempo, se encarregou dessa tarefa nesses quase 50 anos de duas gerações. Lamentavelmente!

Após tanto labor, Carlos Estêvão se achava desgostoso e cansado de bradar aos homens, aos políticos, ao Governo. Em fins de 1944 já se encontrava adoentado, e, sem mais energia, solicitou ao então Interventor Magalhães Barata, seu velho amigo de outrora, mas nessa altura já afastado dele, por intrigas, 6 meses de licença, a partir de 15 de dezembro de 1944. Em 1º de fevereiro de 1945, Carlos Estêvão despediu-se do Interventor Magalhães Barata por meio de um ofício, talvez pressentindo

do o fim, dizendo o seguinte: “Aproveitando o ensejo, quero, também, reiterar a V. Exa. os mais expressivos agradecimentos pela honrosíssima distinção que me dispensou entregando-me a direção deste Instituto; por tudo quanto por ele tem feito; e pelo apoio a mim proporcionado a fim de que pudesse desempenhar sem grandes dificuldades o elevado cargo que me confiou. Afastado que sou da sua direção pelos 6 meses de licença, asseguro, entretanto, que, mesmo durante esse tempo, poderá V. Exa. contar com o meu diminuto auxílio em tudo que se fizer preciso para o engrandecimento”.

Algum tempo depois, sentindo-se mais abatido, viajou com a esposa para Fortaleza em busca de novos ares e melhoras. Por mais duas vezes solicitou licença de seis meses, até que na última veio a falecer naquela cidade, a 5 de junho de 1946, tristemente esquecido e longe do calor do Pará, do Museu e dos amigos. O Governo do Pará, então muito sozinha, não mais se lembrou de Carlos Estêvão, o velho servidor de 37 anos ininterruptos trabalhando pelo progresso e desenvolvimento cultural do Estado. Pelo que sabemos, não lhe deram nem a aposentadoria a que tinha direito. O jornal “Folha do Norte”, de 6 de junho daquele ano, registrou: “Com o desaparecimento de Carlos Estêvão, o meio cultural e a sociedade sofrem imensa perda e o país um excelente cidadão. Seu maior desejo era morrer no Pará. Viveu pela Amazônia, mas o destino não lhe permitiu essa vontade de apaixonado pelos seus segredos”. Mariana Chuva, então funcionária do Museu, grande amiga de Carlos Estêvão, mandou celebrar missa de 7º dia na

Catedral de Belém. O deputado Epílogo de Campos, na Assembléia Constituinte Federal, instalada para redemocratizar o Brasil, pediu um voto de pesar pela morte de Carlos Estêvão e que o mesmo ficasse inserido na Ata dos Trabalhos do dia 11 de junho. Alguns dias depois, a Academia Brasileira de Letras prestou justa homenagem ao desaparecido Diretor do Museu, com o elogio feito pelo seu velho amigo de faculdade, Dr. Adelmar Tavares, o príncipe dos trovadores. Carlos Estêvão faleceu como Diretor do Museu Paraense, pois o cargo era efetivo e não em comissão.

Desde muito novo, Carlos Estêvão foi um estudioso apaixonado dos índios brasileiros. Foi sempre um intransigente defensor desses povos ludibriados, massacrados e espoliados pela civilização insensível, utilitária e avassaladora. Conheceu a fundo suas misérias e sofrimentos e em vão apelou para o bom senso dos compatriotas, em particular dos governantes da nação para que os socorressem com o mínimo necessário para evitar o desaparecimento irreversível e brutal desses antigos donos da terra nativa. Antes mesmo de vir fixar-se no Pará, Carlos Estêvão já havia iniciado observações sobre alguns índios remanescentes do Estado de Pernambuco. Daí para a frente seguiram-se quarenta anos de dedicados estudos ao problema indigenista brasileiro, notadamente sobre os índios antigos e em fase de quase desaparecimento de algumas áreas do Nordeste.

Carlos Estêvão foi um dos melhores conhecedores dos remanescentes indígenas espalhados em pequenos grupos em Pernambuco, Alagoas e norte da Bahia. Esses grupos

estudados pelo diretor do Museu Paraense, mais particularmente nos anos trinta, eram os Fulniô ou Carnijó em Águas-Belas Chucurus em Palmeira dos Índios, Natu, Chocó, Carapotó e talvez Prakió e Naconão em Colégio, os Pancararus, Macarus, Geripancós e Quaças ou Itauaças em Brejo dos Padres, em Itaparica e Tacaratu.

No Pará, Carlos Estêvão fez algumas observações sobre os índios Apinayé ou Apinagé do Alto Tocantins, baseando-se principalmente em conversas que teve com alguns indivíduos dessa tribo, que visitaram Belém nos fins dos anos 30. Mas, embora Carlos Estêvão não tivesse estudado ou visitado tribos indígenas da Amazônia, teve contudo oportunidade de coligir peças de artesanato desses povos, com paciência beneditina, em suas andanças no interior da região durante quase quarenta anos. Essas coleções apresentam notável valor científico, não apenas pelo conteúdo material como principalmente pelas peças raras manufaturadas por tribos hoje desaparecidas ou pacificadas e integradas à civilização circundante.

Além desses objetos de índios brasileiros, Carlos Estêvão conseguiu formar pequenas coleções de peças diversas de índios peruanos, em especial do Alto-Ucaiale. No recente Catálogo resumido das coleções de Carlos Estêvão, publicado pelo Governo de Pernambuco, sob o patrocínio do ex-Governador Dr. Marco Maciel em 1980, hoje Senador, para comemorar o centenário de nascimento do antigo Diretor do Museu Paraense, coleções que hoje fazem parte do acervo do Museu Estadual em Recife, encontramos o seguinte:

A coleção total de peças etno-

lógicas e arqueológicas consta de 3.189 peças. Os objetos indígenas procedem de 54 tribos das quais salientam-se 14 peças dos índios Urubu-Kaapor (Rio Gurupi, Maranhão); dos Tukuna (Alto Solimões, Amazonas); têm destaque as peças esculpidas, com 406 miniaturas de figuras antropomorfas; na coleção de cestaria de várias tribos sobressaem as penas dos Canela orientais do Maranhão, e as dos índios Parucutó, Rio Jamundá, Pará; a coleção possui ainda objetos cerimoniais dos índios, máscaras, bastões de dança, ornamentos corporais, principalmente as máscaras dos Tukuna e os colares dos Apinayé; as coleções de armas compõem-se de machados de pedra, arcos, flechas, tacapes, zarabatanas e lanças com 844 exemplares de um valioso acervo, sobressaindo entre muitos os arcos dos Assurini e dos Apalá; a coleção de tecidos compõe-se de redes, tangas, braçadeiras, saias, salientando-se as peças dos índios Urubu-Kaapor, dos Masakari da Bahia e Minas, dos Apiaká do Rio Tapajós e dos Tukuna do Alto Amazonas; a coleção de instrumentos musicais engloba exemplares de percussão e de sopro, constantes de tambores, chocalhos, maracás, buzinas, apitos, flautas transversais e do tipo pan, distinguindo-se principalmente as peças dos índios Tukuna e Gavião.

Carlos Estêvão conhecia o problema do índio. Durante anos manteve relacionamento com indivíduos de várias tribos, ora do Nordeste, ora da Amazônia, pois muitos índios do interior desta região visitavam o Museu Paraense, quando vinham a Belém, trazidos por Curt Nienuendajú, por outros etnólogos e pelo pessoal do antigo Serviço de Proteção ao Índio. Carlos Estêvão

possuía bom relacionamento com o general Cândido Rondon que visitava o Museu quando passava por Belém, e de quem o Diretor era um admirador pela política de preservação e de direito à sobrevivência dos remanescentes indígenas. Para termos uma idéia do pensamento de Carlos Estêvão e da angústia que lhe invadia o espírito diante do implacável martírio do índio, vai a seguir um apelo dramático que proferiu em uma longa palestra no dia 10 de junho de 1937, no Instituto Arqueológico e Histórico de Recife, publicada na revista do mesmo Instituto, vol. 38, 1943 e também no Boletim do Museu Nacional, vols. 14-17, 1942 p. 151-240:

“Há quase trinta anos que sinto pulsar, hora por hora, junto ao meu coração, o coração dessa gente, que tanto temos feito sofrer pelo estranho crime de haver sido dona deste país que hoje nos pertence”.

“[...] ----- E assim pedindo, não peço um absurdo. Solicito apenas que seja dada uma prova de humanidade e gratidão aos descendentes daqueles que nos deram vida, dando-nos a terra; pão, dando-nos a farinha, o milho, a macaxeira e tantos outros alimentos; roupa, dando-nos o algodão; descanso, dando-nos a rede; lenitivos às nossas mágoas e humilhações, dando-nos o fumo; enchendo-nos de prazer as nossas mesas, dando-nos entre muitos outros frutos, o delicioso abacaxi; remédios para combater os nossos males, dando-nos afora diversos outros, o guaraná e a poaia e dando-nos enfim, para que o progresso mundial alcançasse o desenvolvimento de que hoje possui, este bem cultural, de valor inestimável que é a borracha: régio presente dos nossos “selvagens” da Amazônia a todos os “civilizados” do Univer-

so". (loc. c. p. 178 e 180).

Desde muito cedo quando Carlos Estêvão se fixou na Amazônia, começou a se interessar pela arqueologia indígena da região, tendo sido os muiraquitãs o ponto de partida e o que lhe causou admiração e curiosidade. Não parou mais e desses talismãs zoomorfos talhados em nefrita, as famosas pedras-das-Amazonas, o estudioso pernambucano possuía valiosa e importante coleção, admirada por todos que vinham a Belém e que por interesse científico ou curiosidade visitavam a sua casa, o seu museu particular. Existem muiraquitãs trabalhados em diorita, ardósia e esteatita, em cor cinza, vermelha e negra. Carlos Estêvão possuía também "ídolos de pedra", mais raros que os muiraquitãs.

Durante anos, Carlos Estêvão levou colecionando e estudando a cerâmica arqueológica amazônica, em especial a dos sítios de Marajó, Santarém e Maracá, englobando 149 peças, em grande parte inteiras, completas, de notável beleza e valor científico sem par. Hoje esses objetos se encontram juntamente com os artefatos etnológicos, no Museu do Estado de Pernambuco em Recife, doados por Carlos Estêvão antes de falecer. Na década de 1920 a 1930 ele foi o primeiro a pesquisar vários sítios arqueológicos de Marajó, especialmente o lugar conhecido como Teso do Severino, no igarapé do mesmo nome (1925).

Carlos Estêvão não foi ambicioso nem egoísta, conforme podemos deduzir de inúmeras informações citadas correntemente por vários autores em dezenas de publicações. Suas coleções etnológicas e arqueológicas estavam sempre à disposição dos especialistas, turistas e cu-

riosos. Além dos seus próprios estudos, ele facilitava que outros as utilizassem para fins científicos. Entre os muitos arqueólogos e etnólogos e alguns não especialistas que as utilizaram, nas décadas de 1920, 30 e 40, citam-se Curt Nimuendajú, Heloisa Alberto Torres, Gastão Cruls, Angione Costa, A. Mordini e Helen Palmatary.

Por algum tempo Carlos Estêvão se dedicou também a estudos folclóricos de nosso povo e, de modo mais acentuado, à teogonia indígena, sua mitologia, lendas, crenças, tabus, etc. Muitos desses estudos foram publicados nos jornais "Folha do Norte" e "Estado do Pará", em revistas e possivelmente em jornais de outros Estados. Sobre a teogonia indígena, mais especialmente em torno do significado e crença de Tupã, Carlos Estêvão manteve acesa polêmica na "Folha do Norte" com o desembargador, historiador e também etnólogo Jorge Hurley, defendendo seus pontos de vista ao fazer críticas a uma tese sobre mitos tribais e sua sobrevivência na tradição brasileira, de Oswaldo Orico, para obter a cadeira de literatura na antiga Escola Normal. Jorge Hurley viera célere em defesa da tese de Oswaldo Orico, e, assim, desencadearam-se as proveitosas análises de Carlos Estêvão, mas que não convenceram a ambos. A conclusão de Carlos Estêvão, muito clara e contundente, afirmava: "De tudo isso, só uma conclusão pode ser tirada: nem a palavra Tupã significa divindade, nem o trovão é um Deus Tupi."

Sobre a lenda do "uirapuru" como amuleto e a crença de que quem possui um destes passarinhos, seco ou empalhado, tem sorte, Carlos Estêvão, que conhecia bem o assunto, escreveu em jornal desenvolvidos

estudos. Citado por Oswaldo Orico em "Vocabulário de Crendices Amazônicas" (1937), sobre o tema Uirapuru, dizia Carlos Estêvão: "Ele é uma "tradição viva" que se apresenta em várias espécies". O então Diretor do Museu Paraense "estudando o assunto com larga cópia de observação, chegara à conclusão de que não há, propriamente, nenhum tipo de nossa avifauna que possa ser distinguido com o nome de uirapuru", arrematava Oswaldo Orico.

Pela Zoologia, Carlos Estêvão tinha grande predileção, especialmente pela Ecologia, preservação da fauna e criação de animais silvestres, visando a diversos objetivos. Por muitos anos dedicou-se a estudar e colecionar os ninhos de ovos das aves de Belém, arredores e outros lugares do Pará. Chegou apenas a publicar algumas observações, abordando a época de reprodução das aves de Belém. Contudo deixou numerosas anotações e valiosa coleção que foram entregues pela família, após sua morte, ao Dr. Olivério Pinto, ornitólogo de valor, e então Diretor do Departamento de Zoologia de S. Paulo (hoje Museu de Zoologia da Universidade de S. Paulo), amigo de Carlos Estêvão, que completou e publicou os resultados da pesquisa nos "Papéis Avulsos" da mesma instituição.

Durante sua administração no Museu, 1930 a 45, Carlos Estêvão desenvolveu de maneira espetacular a criação dos animais silvestres em seu reduzido parque zoo-botânico. Com técnica apurada, carinho desmedido, bom gosto e força de vontade, pôde ele transformar o Zoo num verdadeiro criatório e centro de preservação da fauna amazônica. Animais raros e curiosos desta região aí viviam e muitos deles encontraram

condições ecológicas suficientes para se reproduzirem, fato esse nunca ocorrido no Brasil ou em jardins zoológicos da Europa e Estados Unidos. Praticamente, quase todos os animais vertebrados que viveram no parque do Museu se reproduziam, ora mais ora menos, conforme os hábitos de cada espécie, durante todo o período em que Carlos Estêvão foi Diretor. As tartarugas fluviais se reproduziam às centenas, bem como numerosas espécies de peixes amazônicos, inclusive ornamentais, que desovavam aos milhares. No ponto culminante dessa conquista de Carlos Estêvão estava o gigante e espetacular pirarucu, que, depois de muito trabalho e observações, a partir de 1939 se reproduziu em quantidades espantosas, a ponto de ser levado em estado larvar para quase todos os açudes do Nordeste e de outros Estados do país e para lagos e igarapés dos arredores de Belém.

Em 1915 o então tenente da Marinha de Guerra do Brasil Frederico Vilar, um estudioso e apaixonado da pesca de alto mar e fluvial, escrevendo sobre o pirarucu e sua importância alimentar, esclarecia, indignado: "Pois senhores, o bacalhau brasileiro não terá ninguém capaz de organizar a sua indústria como o bacalhau da Terra Nova?" E mais adiante: "É preciso que nós tenhamos perdido toda a noção de civismo para não nos revoltarmos, contra semelhante cegueira".

O mesmo Vilar, já Capitão de Fragata e que alguns anos antes havia sido Capitão dos Portos do Pará, nessa altura odiado pelos latifundiários e endeusado pelos pobres pesca-

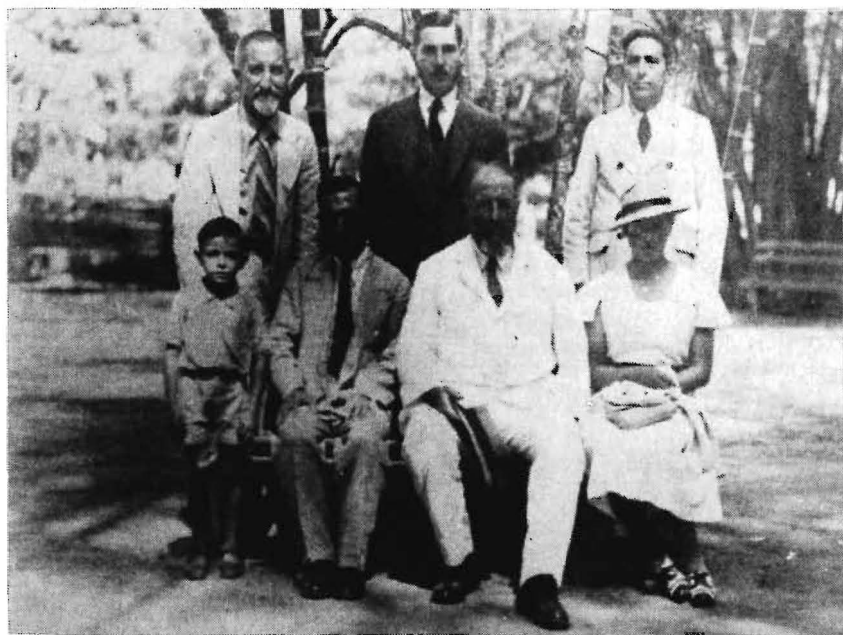
dores, escrevia no jornal "Correio da Manhã" do Rio, 1934:

"Carlos Estêvão informa que entre as suas preocupações atuais está a de fazer a criação artificial do pirarucu e do tambaqui, já havendo para isso, construído tanques apropriados a empreendimento científico de tão elevada finalidade. É uma notícia auspiciosíssima! Tudo devemos fazer para animá-lo. A sua obra será de grande repercussão na vida econômica nacional. A pesca na Amazônia é uma mina de ouro à flor da terra brasileira".

"Carlos Estêvão é o operoso e bem orientado Diretor do Museu Goeldi, de Belém; é o sábio compatriota que "paciente observador de todos os aspectos da Natureza Amazônica", apaixonadamente se devotou à restauração daquela jóia de

inestimável valor científico e artístico. Apoiado pelo Interventor Magalhães Barata, ele imprimiu novos aspectos àquele glorioso estabelecimento e, entregando-se à piscicultura das lindíssimas espécies de ornamentação da rica fauna aquática paraense, apurou assim além dos largos horizontes descortinados à nossa indústria – mais de 90 contos de réis, líquidos em 1934, só com a venda desses peixes nacionais, de uma beleza de cores e bizarros desenhos indescritíveis, melhorando com isso as instalações daquele rico Museu e multiplicando as suas possibilidades!" – Trechos tirados em "Notas biológicas e econômicas sobre o Pirarucu", 1951, coligidas pelo biólogo Rui Simões Menezes.

Carlos Estêvão foi, de fato, o homem providencial, o brasileiro de



Visita do príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança quando plantou um cumaruzeiro em 30-9-1936. Em pé: G. Hagmann, parente do príncipe, Siqueira Rodrigues, neto de Hagmann; sentados: Carlos Estêvão, príncipe e esposa.

vergonha que teve coragem de levar a cabo tão árdua tarefa de ter tentado (e ser bem sucedido) a criação em cativeiro do pirarucu, preconizada por Frederico Vilar, seu amigo e que conhecia bem a sua têmpera e energia bastante para não recuar diante de obstáculos sem conta. Carlos Estêvão, além de pesquisador, ecologista, preservacionista, criador e trovador, foi um brasileiro extremado, bem intencionado cidadão patriota.

Pelo seu centenário de nascimento, o Museu Paraense Emílio Goeldi prestou significativa homenagem, embora simples, inaugurando um pequeno monumento   sua memória, no dia 30 de abril de 1980, no centro do parque Zoo-Botânico   sombra da gigantesca Samaumeira plantada por J. Huber em 1896. O autor dessa biografia fez uma palestra no auditório do Museu, então instalado na sala posterior esquerda do prédio central, hoje denominado Domingos S. Ferreira Penna, abordando a vida de Carlos Estêvão de Oliveira, a qual é a base deste trabalho. O evento ocorreu pelo final da administra o do Diretor Dr. Luiz Miguel Scaff.

Trabalhos de Carlos Estêvão

1926. Cole o Carlos Estêvão. Dados sobre a postura de nossas aves no município de Belém, capital do Pará. *Bol. Mus. Nac.* 2(3): 103-105.
1930. Os Apinag s do alto Tocantins; costumes, crenças, artes, lendas, contos, vocabulários. *Bol. Mus. Nac.*, Rio de Janeiro, 6(2):61-110.
1931. Uma lenda Tapuya dos Apinag s do Alto Tocantins. *Rev. Mus. Paul.*, 17: 515-517.
1931. Os carnij  de  guas Belas. *Rev. Mus. Paul.*, 17: 519-527.
1934. A *mentalidade de nosso povo vista através do folclore*. Cr nica de La Expedición Iglesias al Amazonas. Madrid. (não examinado).
1938. Resumo Histórico do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Rev. Serv. Hist. Art. Nac.*, Rio de Janeiro. 2: 7-19.
1939. A Cer mica de Santarém. *Rev. Serv. Patr. Hist. Art. Nac.*, Rio de Janeiro, 3: 7-32, il.
1942. O ossu rio da "Gruta do Padre" em Itaparica, e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do Nordeste. *Bol. Mus. Nac.*, Rio de Janeiro. (14/17): 151-240.
1943. O ossu rio da "Gruta do Padre" em Itaparica, e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do Nordeste. *Rev. Inst. Arg. Hist. Geogr. Pernamb.*, 38: 146-175.
1944. Conferência realizada pelo Sr. Dr. Carlos Estêvão de Oliveira sobre a Piscicultura Amazônica. *Bol. Sec. Fom. Agr. Pará*, 3(2): 93-99.
1944. Piscicultura Amazônica. *A voz do mar*, Rio de Janeiro, 23(188): 104-106.
1944. Algumas notas sobre a Piscicultura no Museu Paraense Emílio Goeldi.
1944. O Pirarucu (*Arapaima gigas* Cuvier). Manuscrito. Tra-

- balho citado por Rui Simões Menezes em "Notas Biológicas e Econômicas sobre o Pirarucu", 1951 Dep. Nac. Ob. c. Secas.
1944. Notas sobre o Pirarucu (*Arapaima gigas* Cuvier). *A voz do Mar*, Rio de Janeiro, 23(191): 169.
1980. CUNHA, O. R. da. *Carlos Estêvão de Oliveira (1880-1980)*. Palestra proferida no auditório do Museu Paraense Emílio Goeldi, no dia 30 de abril, para comemorar o seu centenário de nascimento.

Além dos trabalhos citados, Carlos Estêvão escreveu numerosos artigos nos jornais "Folha do Norte" e "Estado do Pará", versando sobre variados assuntos de etnologia, folclore, crítica, mitologia indígena, flora, etc. No momento, não é possível ainda coligir esses escritos, a maioria deles há mais de 50 anos publicados.

Nota - Outras fontes de consulta estão citadas no texto da biografia.

Fontes de Consulta

1946. Carlos E. de Oliveira. Óbito. *Jornal Folha do Norte*, 6 jun.
- 1930-1945. Arquivos do Museu Paraense Emílio Goeldi.
1956. CÂMARA CASCUDO, L. da. *Antologia do folclore brasileiro*. 2ª ed. São Paulo. p. 512-514.
1969. MENEZES, R. *Dicionário Literário Brasileiro Ilustrado*. São Paulo, v.2. p. 469.
1980. *Exposição de peças arqueológicas e etnográficas; Coleção Carlos Estêvão*. Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. Museu do Estado de Pernambuco, Recife. Colaboração de Lygia Estêvão de Oliveira.